

CINCO QUESTÕES A ROGER CHARTIER¹*Five questions to Roger Chartier*por Justino Magalhães²
tradução de Mariana Gomes da Costa

Roger Chartier é um influente historiador francês, professor da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* com uma vastíssima obra publicada, especialmente na área da História da Cultura. Cumpre-nos destacar os seus estudos sobre a História do Livro e da Leitura na Europa.

1. JUSTINO MAGALHÃES: No Collège de France, bem como em conferências e na sua intervenção pública, é escutado, lido e referido por um público vasto e diversificado. Temos observado que é citado em textos de história, de história da educação e de pedagogia. Como é que se apresenta a si mesmo?

ROGER CHARTIER: A referência a identidades disciplinares é sempre problemática. Eu sou historiador. Aprendi o ofício com outros historiadores (Daniel Roche, Denis Richet). Fui formado pela leitura dos clássicos dos *Annales*: Febvre, Bloch, Braudel. E sempre situei o meu trabalho de investigação e as minhas reflexões metodológicas no contexto da disciplina histórica. Mas também sempre pensei que a história deve entrar em diálogo com as outras ciências sociais, a filosofia ou a crítica literária. Daí as leituras que propus de sociólogos como Bourdieu ou Elias, de filósofos tão diferentes como Foucault e Ricoeur, ou de autores difíceis de associar a uma disciplina específica, como Louis Marin ou Michel de Certeau. Daí também, nas minhas investigações mais recentes, o cruzamento entre a história da cultura escrita e a análise de obras maiores da literatura, a começar por D. Quixote ou pelas peças de Shakespeare. Por outro lado, estou convencido de que o trabalho dos historiadores pode ajudar a compreender melhor as mudanças do nosso presente, em particular a revolução digital³, cuja especificidade é melhor entendida quando comparada com outras revoluções na cultura escrita: o aparecimento do códex, a invenção da imprensa, as transformações das práticas de leitura, na Idade Média, no século XVIII ou nas sociedades do século XIX. São sem dúvida estas convicções, traduzidas em investigações ou reflexões, que explicam a diversidade dos meus leitores e ouvintes.

¹ Texto originariamente publicado na *Revista Letras Com Vida – Literatura, Cultura e Arte do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*, em seu número 5, referente ao ano de 2012, nas páginas 10 a 15. Material gentilmente cedido, mediante autorização da direção da revista, para publicação no Brasil, nos *Cadernos de História da Educação*, por especial cortesia, a partir de comunicação de seu coordenador editorial, Prof. Dr. José Eduardo Franco, da Universidade de Lisboa, com intermediação do Prof. Dr. Norberto Dallabrida, da Universidade do Estado de Santa Catarina.

² Doutor em Educação pela Universidade do Minho, em Portugal, com estágios de pós-doutorado realizados: no *Service Histoire Éducation de l'Institut National de Recherche Pédagogique*, na França; na University of Cambridge, no Reino Unido; na *École des Hautes Etudes en Sciences Sociales*, na França. Professor Catedrático de História da Educação do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, em Portugal. Coordenador do projeto de investigação “Repertório dos Municípios na Educação e na Cultura em Portugal (1820-1986)”. E-mail: justinomagalhaes@ie.ulisboa.pt

³ Nota do Editor: nesta versão do texto publicado no Brasil, optou-se pela utilização dos termos digital e digitalização ao invés, respectivamente, dos termos numérico(a) e numerização.

2. JUSTINO MAGALHÃES: Na sua lição inaugural no Collège de France, propôs “escutar os mortos com os olhos”, como um exercício de conciliação entre o próprio Roger Chartier, a história da Europa moderna, que seria o tema dos seus seminários, e os intelectuais (autores, historiadores, sociólogos, filósofos), constituindo estes últimos a sua plêiade de referência. Podemos deduzir que este jogo cruzado entre os três elementos (o historiador; os textos e seus autores; a plêiade de referência) corresponde verdadeiramente àquilo a que chama a história cultural?

ROGER CHARTIER: Julgo que a História é permanentemente ameaçada por duas tentações. Por um lado, fechar-se nos seus próprios objetos e hábitos disciplinares, evitando, desta forma, um debate intelectual mais vasto; por outro lado, satisfazer-se com as discussões metodológicas ou epistemológicas, esquecendo-se de que deve ser acima de tudo produção de novos conhecimentos, a partir da construção de objetos novos e da análise rigorosa dos documentos. Para se proteger destes dois perigos, um bom método será apoiar-se nas contribuições teóricas fundamentais das outras ciências humanas e sociais, e mobilizá-las para uma interpretação mais forte, mais densa, dos problemas históricos. É essa a razão de ser do cruzamento entre disciplinas que durante muito tempo se ignoraram. No meu próprio campo de estudos, trata-se de disciplinas ligadas ao estudo dos textos (filologia, crítica literária, análise do discurso), ao estudo dos objetos escritos, manuscritos ou impressos (história da escrita, bibliografia material, história do livro e da edição) ou ao estudo das práticas culturais. Em meu entender, a história cultural deve colocar no centro das suas interrogações os processos múltiplos que permitem a construção dos sentidos para os textos (ou para as imagens ou práticas) por parte dos diferentes agentes sociais envolvidos na produção, transmissão ou apropriação dos bens e das formas simbólicas

3. JUSTINO MAGALHÃES: A Europa moderna é um tropos frequente nos seus textos e livros. Para o leitor, a dúvida é se esta expressão designa um lugar, um movimento cultural ou sobretudo uma vanguarda da intelectualidade e da modernização humanística e científica. Pode explicitá-la?

ROGER CHARTIER: História “moderna” designa, em França, nos meios universitários, os três séculos que separam o fim do século XV (1453 ou 1492) da Revolução francesa, que abre o período da história “contemporânea”. No entanto, justamente como referiu, “moderna” é também, para nós, a época que vivemos atualmente. Daí o jogo entre estas duas aceções do termo nos meus cursos ou nas minhas reflexões. A Europa “moderna”, entre os séculos XV e XVIII, pode ser considerada a protagonista da descompartmentação do mundo (com os descobrimentos, as colonizações, o comércio), da revolução científica (na sua definição galilaica ou nas suas práticas experimentais) e da invenção dos direitos humanos, com a revolução inglesa de finais do século XVII e depois a francesa de 1789. Ela foi também palco de uma mudança fundamental na comunicação, através da utilização em larga escala da imprensa – ainda que não tenha sido aí que foi inventado o uso de caracteres móveis para a reprodução da escrita. Esta constatação não deve, contudo, fazer-nos cair novamente num europocentrismo justamente criticado pela história comparada

das civilizações, as *connected histories*, como são estudadas por Sanjay Subrahmanyam e Serge Gruzinski, ou as diferentes formas da história global. Ao mesmo tempo, estas histórias à escala mundial obrigam-nos a pensar sobre as razões que fazem da Europa moderna o agente mais poderoso de uma primeira mundialização, altura em que a história própria das outras civilizações foi posta em relação pelos europeus.

4. JUSTINO MAGALHÃES: Quanto à história e ao destino do livro, está confiante que o livro (papel) resistirá ao livro eletrónico, mas não tem a mesma certeza/opinião em relação ao leitor e ao destino da leitura. Pode resumir a sua opinião sobre a metamorfose resultante da transformação do leitor em navegador?

ROGER CHARTIER: O problema fundamental é o da relação entre a definição das obras herdada do século XVIII, a qual supõe que elas sejam reconhecidas na sua identidade perpétua, e a leitura fragmentada, fendida, que é a do leitor diante do monitor. Mesmo que nenhum leitor seja obrigado a ler todas as páginas de um livro impresso, a forma material deste impõe a percepção da totalidade do texto aí contido. Daqui resulta uma interrogação sobre a tensão entre duas lógicas. A lógica, ao mesmo tempo intelectual e material, do livro impresso, que faz com que as obras sejam reconhecidas na sua coerência e identidade própria, e a lógica, cultural, da textualidade digital que convida à livre recomposição de fragmentos obtidos em bancos de dados computacionais, qualquer que seja a sua natureza. Tal discordância parece justificar a crença na sobrevivência da forma de inscrição e de publicação escrita que associa o texto e o objeto, o livro como composição intelectual ou estética e o livro como códex impresso. Mas a crença recente, em todos os países, no mercado dos “livros” eletrónicos, que acompanha o sucesso comercial dos tablets de todos os tipos, pode pôr em causa a validade deste diagnóstico e abrir a um mundo textual em que poderiam desaparecer as categorias antigas, um mundo de textos abertos, de obras manipuláveis, de fragmentos indefinidamente recompostos. A diferença entre a digitalização de textos publicados anteriormente em forma impressa e os textos nascidos na forma digital revela bem esta tensão, pois se a digitalização tenta preservar na nova tecnologia os critérios de identificação (que são os fundamentos da propriedade literária e da compreensão das obras), a escritura originalmente digital permite, por sua vez, inventar relações com a escrita efetivamente originais, livres dos constrangimentos dos direitos de autor e da página impressa. Enfim, como será o futuro, o historiador, pobre profeta, não pode prever.

5. JUSTINO MAGALHÃES: Afirma frequentemente que, a existir uma controvérsia entre modernidade e pós-modernidade, seria o facto de o paradoxo da pós-modernidade consistir no seu carácter desconstrutor. O desconstrutivismo significaria também o fim de uma certa racionalidade, de um certo sistema de formação? Como olha para a Universidade? E para o destino do erudito?

ROGER CHARTIER: Não pertenço à família dos nostálgicos que lamentam aquilo que designam como uma decadência dos saberes, uma diminuição do nível dos alunos ou a extinção da cultura escrita. O seu erro parece-me derivar da aplicação anacrónica de

critérios de julgamento antigos, e socialmente determinados, a novas realidades, sejam elas sociais (com a democratização do ensino) ou técnicas (com a entrada no mundo digital). O que permanece válido estará dependente das pressões acrescidas da “exigência social”, como costuma dizer-se, sobre o trabalho científico? As disciplinas de erudição enfrentam sérias dificuldades para manter o seu lugar no campo universitário ou nos programas dos grandes centros de investigação. Portanto, como é atestado por exemplos notáveis, não existe contradição entre a prática de uma erudição rigorosa, ligada a passados longínquos, e a compreensão crítica do nosso presente. O trabalho de Armando Petrucci, por exemplo, mostra que a história de longa duração da cultura escrita é um dos melhores instrumentos para perceber adequadamente o papel da escrita no exercício dos poderes e dominações, na produção das hierarquias e desigualdades ou na exclusão dos “sem papéis” e “sem escrita” nas sociedades contemporâneas. Para lá desta capacidade crítica, as disciplinas de erudição ajudam a compreender que o presente é feito de passados sedimentados ou recompostos e que, para os decifrar, é preciso poder situá-los na sua história própria. Temos de acreditar que os governantes de hoje o vão saber compreender.